



ACÓRDÃO Nº565/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12416/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8022/2022-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC. Exercício de 2019.

Revelia. Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Tacio Cezar Magalhães da Cunha**, responsável pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC, exercício 2019, conforme §4º, Art. 20, da Lei 2423/1996.
- 10.2. **Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Tacio Cezar Magalhães da Cunha**, responsável pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC, no curso do exercício 2019, em consonância com o art. 22, inciso III c/c art. 25, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.3. **Aplicar multa ao Sr. Tacio Cezar Magalhães da Cunha**, responsável pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC, exercício 2019, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com base no art. 54, inciso I, alínea “a”, da Lei 2.423/96 devido às restrições não sanadas nos itens nº “01” e “02” na Notificação nº 01/2020 – CI/DICAMI e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no



ACÓRDÃO Nº565/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha**, responsável pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC, exercício 2019, no valor de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com base no art. 54, inciso III, alínea “b” da Lei 2.423/96 devido às restrições não sanadas nos itens nº “03”, “04” e “05” na Notificação nº 01/2020 – CI/DICAMI e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do



ACÓRDÃO Nº565/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

responsável;

10.5. Aplicar multa ao Sr. Tacio Cezar Magalhães da Cunha, responsável Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC, exercício 2019, no valor de 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com base no art. 54, inciso VI da Lei 2.423/96 devido às restrições não sanadas nos itens nº “06” a “15” na Notificação nº 01/2020 – CI/DICAM e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Determinar fiel cumprimento à Resolução nº 04/2016 que dispõe sobre a forma de apresentação das prestações de contas anuais, rigorosa observação aos prazos para envio das prestações contas mensais, conforme estabelecido pela LC nº 06/91, que realize gestão sobre os seus passivos de modo a mitigar os riscos de contingências financeiras futuras bem como de disputas judiciais, fiel cumprimento da Resolução TCE nº 09/2016, que realize a publicação dos seus balanços contábeis, conforme determina o art. 9º da LC nº 06/91, que nas suas prestações de contas mensais encaminhe todas as informações relativas à licitações, dispensas e contratos, em obediência à LC nº 06/91, que doravante, cumpra o comando previsto na Lei Municipal nº 395/2002, que impõe realização de processo seletivo simplificado para contratações, que envie para fins de juntada ao presente processo, com objetivo de futuro acompanhamento pelo TCE/AM, documentação que registre as ações tomadas para fins de realização de concurso público



ACÓRDÃO Nº565/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

no âmbito do CAESC, que elabore portaria regulamentando, com a fixação de critérios objetivos, o pagamento da gratificação prevista no art. 24 da Lei nº 528/09 e, ainda, que Realize levantamento de bens de consumo e bens móveis, para fins de controle patrimonial;

10.7. Dar ciência ao Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha, responsável pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari-CAESC, exercício 2019, desta decisão.

10.8. Arquivar o presente processo por cumprimento de decisão.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral